

Impactos Legais e
Econômicos Recentes – Setor
de Seguros

Francisco Galiza

www.ratingdeseguros.com.br

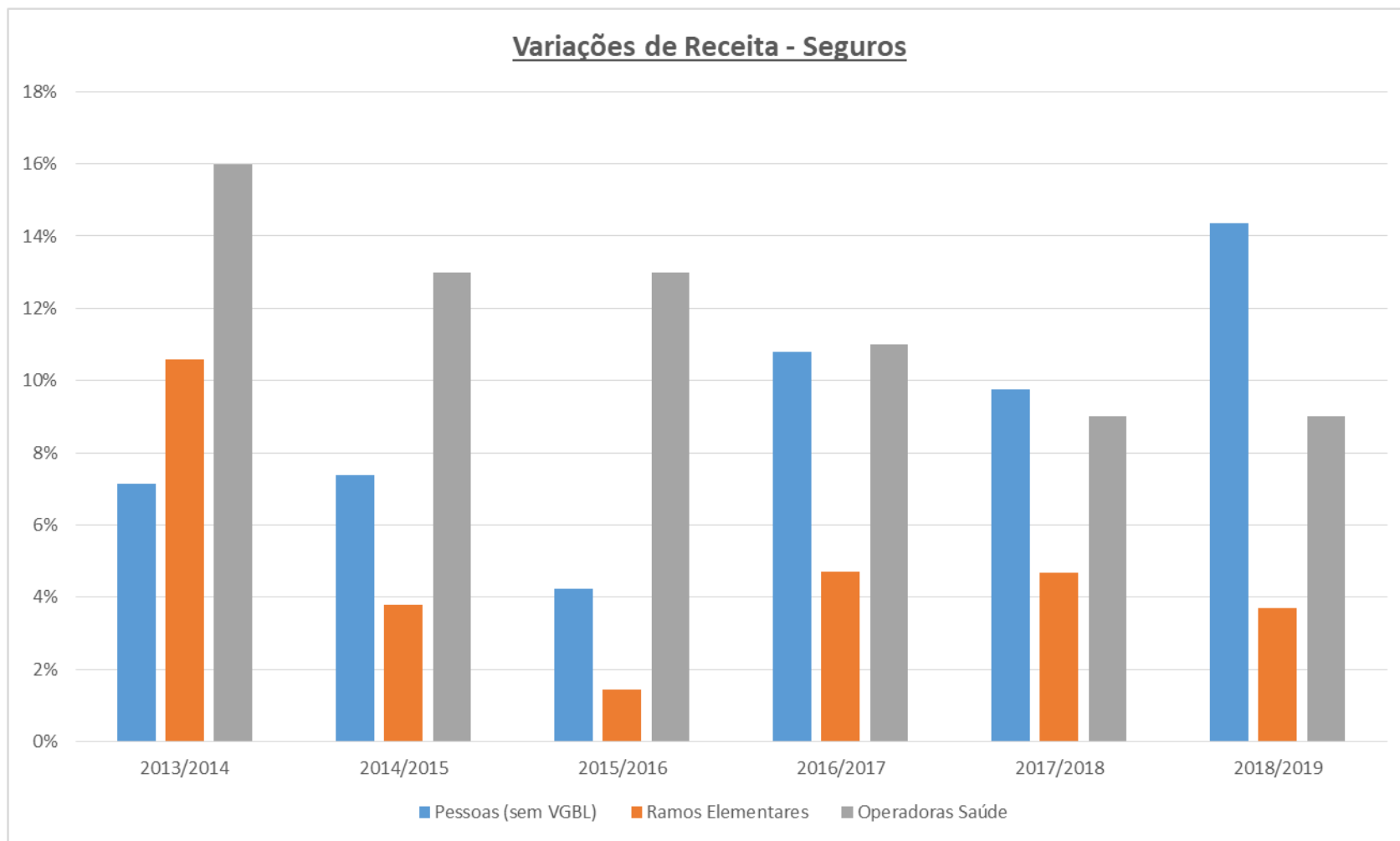
Março/2020

1) Cenário Econômico

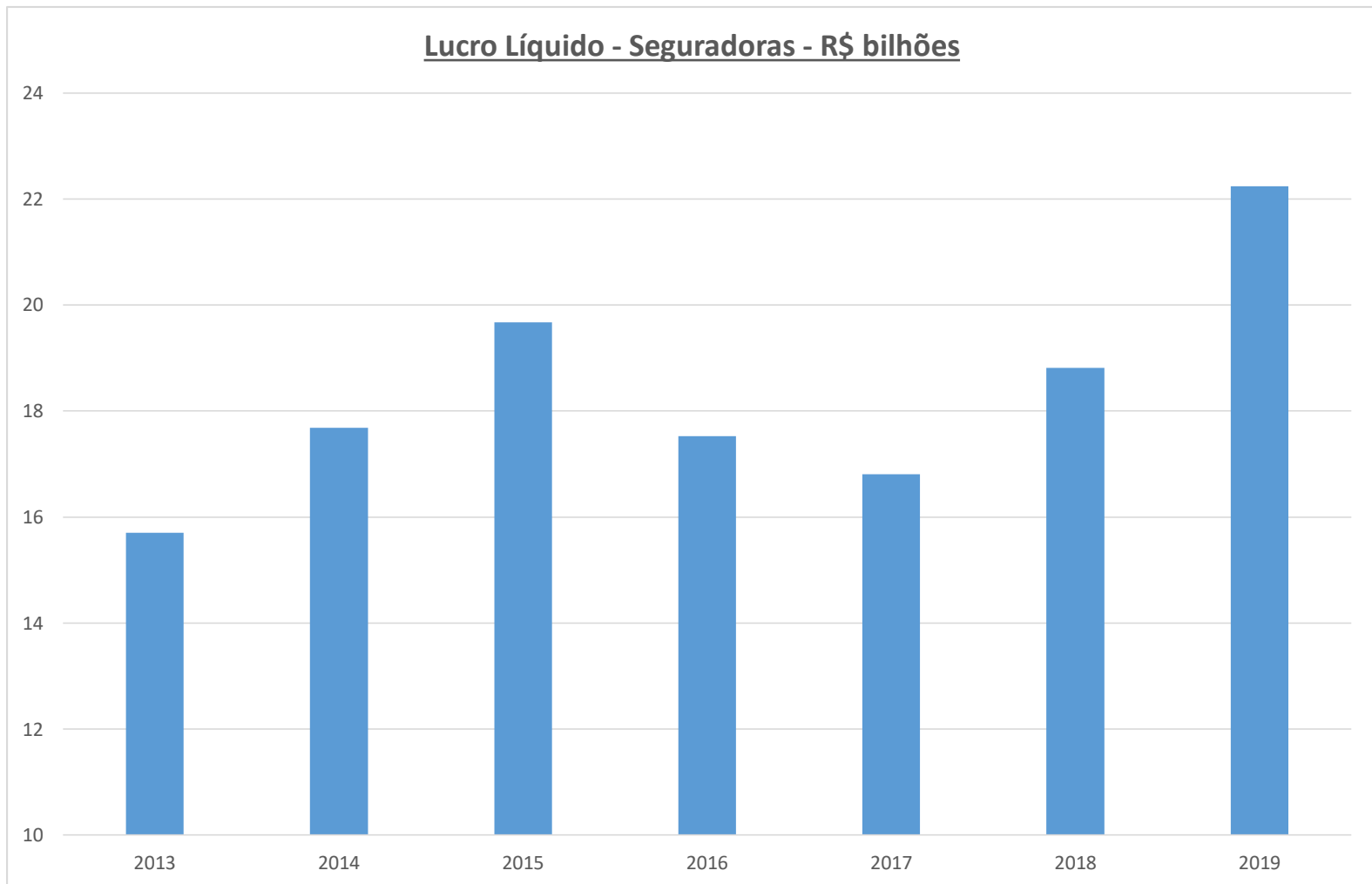
Cenário Econômico - Seguros

Receita (R\$ bi)							
	2017	2018	2019e	2020e	Var. 17/18	Var. 18/19e	Var. 19/20e
Seguros	103,7	110,3	118,5	130	6%	7%	10%
Saúde Suplementar	180,9	197,4	215,0	239	9%	9%	11%
Seguros e Saúde Suplementar	284,6	307,7	334	369	8%	8%	11%
VGBL+Prev	120,6	111,8	129,2	151	-7%	16%	17%
Total do Segmento	405,2	419,5	462,7	520	4%	10%	12%
Capitalização	20,8	21,1	24,1	27	1%	14%	13%
Resseguro Local	7,9	8,4	9,3	11	6%	11%	13%
Total dos Setores	433,9	449,0	496,1	558	3%	10%	12%
Reservas em dez (R\$ bi)							
	2017	2018	2019e	2020e	Var. 17/18	Var. 18/19	Var. 19/20e
Total	903	993	1.115	1.271	10%	12%	14%

Evolução por Ramos

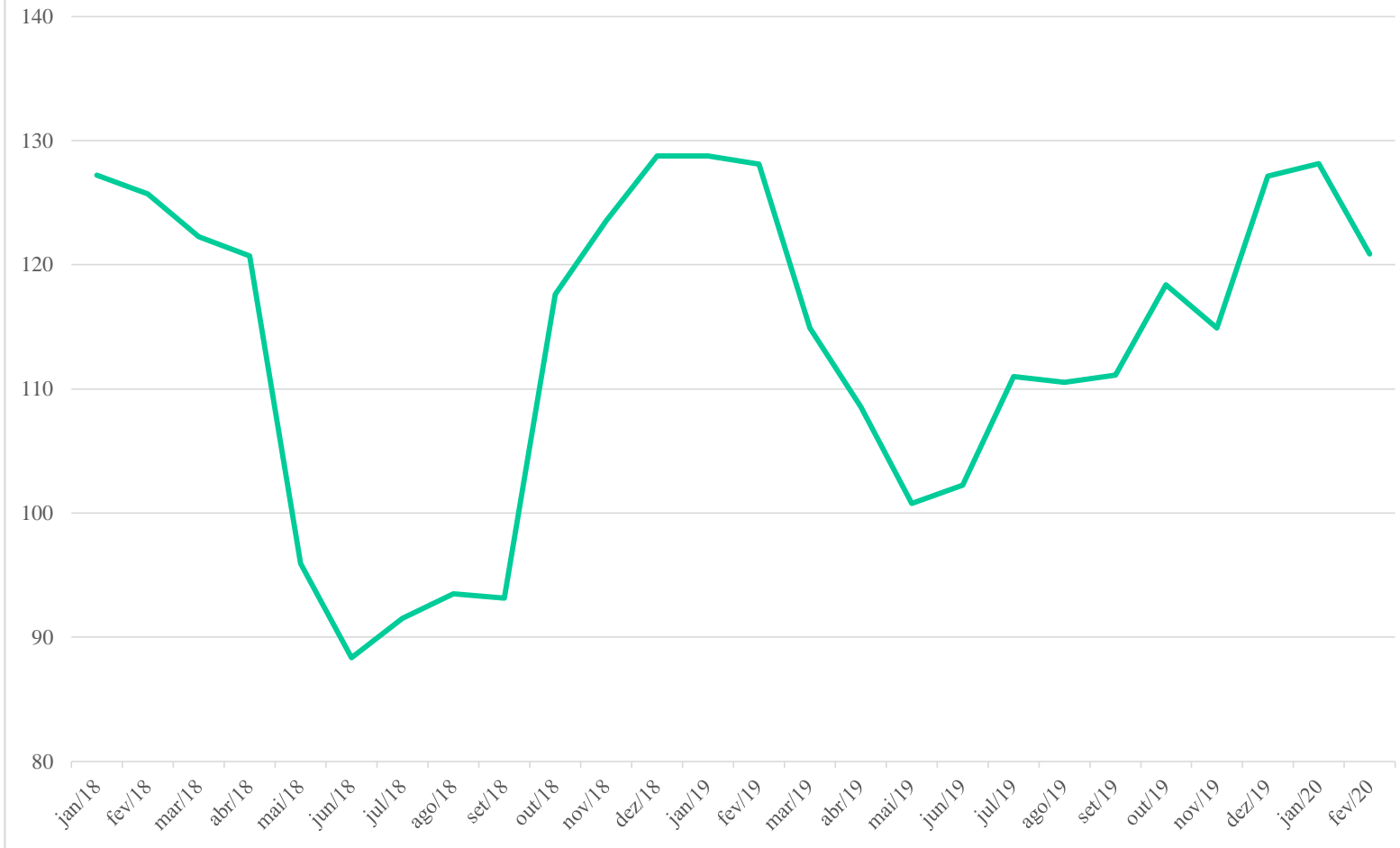


Lucro Líquido - Seguradoras



Evolução do ICES

ICES - Índice de Confiança e Expectativas das Seguradoras



Distribuição de Corretores – 45 mil PJ

Regiões	Corretores PJ	Prêmios de Seguros	PIB
Centro Oeste	7%	9%	10%
Nordeste	10%	9%	14%
Norte	2%	2%	6%
Sul	18%	19%	17%
Sudeste	63%	60%	53%
Total	100%	100%	100%

2) 5 Aspectos Legais e **Econômicos**

Algumas mudanças legais e seus efeitos

- A MP 905 (apelidada de “Programa Verde e Amarelo”), entre outras coisas, desregulamentou a profissão do corretor de seguros. O objetivo do governo teria sido o de aumentar o volume de empregos, mas muitos questionam a estratégia empreendida para isso. Os sindicatos da categoria de corretores estão fortemente empenhados em revogar o item dessa medida que trata de tal assunto, pois a consideram inconstitucional. Em paralelo, muitas seguradoras declararam, em diversos vídeos, apoio ao corretor de seguros como figura essencial do mercado brasileiro.
- Tudo indica que isso será revertido pelo Congresso.

Algumas mudanças legais e seus efeitos

- Também pela mesma MP 905, os corretores de seguros foram excluídos da supervisão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Com isso, os corretores de seguros passariam agora a se autorregular. Essa MP não atingiu os corretores de resseguros, que seguiriam sendo regulados pela SUSEP.
- Essa medida abriu um grande espaço para a atuação do Ibracor (por enquanto, a única autorreguladora de corretores atuando no mercado brasileiro). Possivelmente, será mesmo a única, pois a SUSEP está exigindo 10 mil associados para dar a permissão.
- O Ibracor tem emitido diversas orientações para os corretores de como eles devem proceder.

Algumas mudanças legais e seus efeitos

- A MP 904 extinguiu o DPVAT, o seguro obrigatório de automóvel. Mas, logo em seguida, o STF reagiu, impedindo tal extinção. Mas, depois, ele prorrogou o prazo.
- Em seguida, o CNSP alterou os valores a serem pagos pelos proprietários de veículos em 2020, diminuindo-os de forma expressiva. Mais uma vez, o STF impediu tal fato, argumentando que isso seria um “subterfúgio da administração para se furtar ao cumprimento da eficácia da decisão cautelar proferida pelo Plenário do STF na ADI nº 6.262/DF”, na qual foi suspensa o fim do seguro. O STF acabou recuando também.
- Nesse período, o Congresso Nacional ainda não se pronunciou.
- Há argumentos econômicos favoráveis e desfavoráveis a tal medida. Desde incentivo à livre iniciativa até a necessidade de promover a segurança de passageiros e pedestres, em um trânsito que bem conhecemos.

Algumas mudanças legais e seus efeitos

- No final do ano passado, a Susep abriu uma consulta pública para discutir a segmentação do mercado. A ideia é que haja uma segmentação das seguradoras, de acordo com o porte e o perfil de risco das mesmas. No ano passado, inúmeras vezes, a SUSEP declarou que a concentração do setor de seguros, na sua visão, é elevada, uma declaração questionada por alguns.
- Na prática, o objetivo dessa consulta pública é que, com isso, haja uma diminuição nas barreiras à entrada de novas companhias, aumentando a competição.
- O assunto deve ganhar destaque nesse ano. Há argumentos econômicos favoráveis e desfavoráveis. Por um lado, isso poderia teoricamente estimular a entrada de novas companhias; por outro, não se sabe o que isso pode afetar em termos de solvência do sistema.

Algumas mudanças legais e seus efeitos

- A Lei 13.874/2019 (conhecida como “Lei de Liberdade Econômica”) teve por objetivo aumentar a liberdade econômica, promover a livre iniciativa e impor limites à regulação estatal da atividade econômica.
- Algumas medidas, por exemplo, são o de regular o trabalho aos finais de semana e feriados, carteira de trabalho eletrônica, registro de ponto, etc. Em um país burocratizado, qualquer simplificação é bem vinda, atingindo o mercado de seguros de forma direta e indireta.
- De forma específica, algo que pode ajudar aqui as corretoras de seguros é o aumento do uso de certificação digital. Como muitas dessas empresas prestam tal serviço, é algo positivo, pois levará a um incremento de receita.

Obrigado pela atenção!